

MODELO DO REQUERIMENTO

(esse documento é um modelo (de uso não obrigatório) para servir de base para o fim a que se destina, podendo ser utilizado com as alterações apenas nos campos indicados em amarelo, realizando eventuais ajustes para cada caso concreto).

À FWJORGE ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
ILMO. SR. DR. FREDERICO WELLINGTON JORGE – ADMINISTRADOR
JUDICIAL

Processo nº

(Nome completo do CREDOR/HABILITANTE), SE **PESSOA FÍSICA** = (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado à rua (endereço), no município de (informar), por seu representante legal (caso tenha), OU SE **PESSOA JURÍDICA** = (Nome completo da EMPRESA CREDORA/HABILITANTE), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº (informar), com endereço sede à Rua (informar endereço), no município de (informar), neste ato representado por (informar nome completo, RG e CPF), com telefones (informar) e e-mail (informar), vem a presença de Vossa Senhoria, com base no artigo 7º, § 1º da Lei nº 11.101/05, apresentar sua

DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO NA SUA FORMA ADMINISTRATIVA

em face da Relação de Credores apresentada pela empresa (NOME DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA), na RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA nº (incluir número do processo), em trâmite na (informar Vara Judicial) da comarca de (informar Cidade), nos termos que passa a expor:

I – DOS FATOS

Conforme edital do art. 52, § 1º (se recuperação judicial) /art. 99, parágrafo único (se falência) da Lei 11.101/2005, o requerente foi arrolado como credor na (**Recuperação Judicial ou falência**) pelo valor de (**informar valor habilitado**), na categoria dos créditos (**informar categoria**).

No entanto, conforme demonstra a documentação anexa (**informar documentação juntada**), o crédito perfaz o montante de (**informar o valor correto**) devidamente atualizado até a (**data do pedido de recuperação judicial ou decretação de falência**), ocorrida em (**informar data**), na classe (ESCOLHER A CLASSE COM BASE NA ORIGEM DO CRÉDITO - art. 41 da Lei 11.101/2005 no caso de Recuperação Judicial e art. 83 no caso de Falência).

O crédito pleiteado é proveniente (**informar a origem do crédito: serviços prestados, títulos executivos/adivinda da relação havida entre as partes, documento firmado, etc.**) conforme comprovante existente (**MENCIONAR E DETALHAR: contrato / nota fiscal / duplicata / cheque / certidão / parcelas pagas / outro / etc.**).

II – REQUERIMENTOS FINAIS

À vista do exposto, requer o acolhimento da presente **DIVERGÊNCIA DE CRÉDITO** para que seja retificado o valor do crédito habilitado para o valor de (**informar o valor correto**) a integrar a categoria dos créditos de natureza (**informar a natureza do crédito/classificação – art. 41 e incisos da Lei 11.101/05 – caso se trata de Recuperação Judicial ou art. 83 e incisos – em se tratando de falência**), atualizado até a data do ajuizamento da recuperação judicial / decretação da falência (****/**/****).

Termos em que, pede deferimento.

(**cidade**), (**dia**) de (**mês**) de (**ano**).

assinatura do credor

ANEXO - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

(INDICAR os documentos que serão juntados como anexo, atendendo o rol disposto no art. 9º, incisos I ao V, da Lei 11.101/05)

1. Cópia da identidade/CPF (pessoa física) OU Cópia do contrato social (pessoa jurídica);
2. Planilha detalhada e atualizada do cálculo referente crédito até o pedido da recuperação ou data da decretação da falência);
3. Contrato/ nota fiscal / duplicata / cheque / certidão (conforme o caso)
4. Outros documentos pertinentes para o caso.